

Centrais Eólicas Borgo S.A

Demonstrações contábeis em 31 dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Centrais Eólicas Borgo S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Eólicas Borgo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

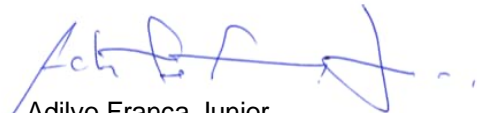
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de junho de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Centrais Eólicas Borgo S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	393	292
Investimentos de curto prazo	3	522	13.556
Contas a receber de clientes		2.422	2.236
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		147	136
Outros tributos a recuperar		119	263
Outros ativos		972	26
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		4.575	16.509
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Tributos diferidos		34	277
Outros ativos		-	1
Imobilizado, líquido	4	70.370	71.699
Intangível, líquido		11	20
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		70.415	71.997
TOTAL DO ATIVO		74.990	88.506
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		376	246
Conta de ressarcimento		-	1.054
Passivo de arrendamento		12	14
Tributos e contribuições sociais a pagar		240	283
Tributos a pagar		44	47
Provisão para custos socioambientais		-	14
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	5	65	65
Outras obrigações		5	6
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		742	1.729
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Contas a pagar a partes relacionadas	5	21.299	25.418
Conta de ressarcimento		2.932	3.249
Passivo de arrendamento		1.220	1.282
Provisão para desmobilização		1.011	825
Provisões para processos judiciais e outros		72	42
Tributos diferidos		-	105
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		26.534	30.921
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		20.739	32.053
Reserva de lucros		20.739	23.302
Reserva de capital		501	501
Dividendos adicionais propostos		5.735	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	47.714	55.856
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.990	88.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Borgo S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	7	18.600	17.260
Custo de produção e operação de energia	8	(9.117)	(12.889)
LUCRO BRUTO		9.483	4.371
Gerais e administrativas		(3)	(3)
Outras despesas operacionais		(1)	-
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(4)	(3)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.479	4.368
Receitas financeiras		787	1.579
Despesas financeiras		(260)	(303)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	9	527	1.276
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		10.006	5.644
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.002)	(957)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(63)	57
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	10	(1.065)	(900)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.941	4.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Eólicas Borgo S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.941	4.744
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	8.941	4.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Eólicas Borgo S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		32.053	501	2.141	13.098	6.402	-	54.195
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.744	4.744
Constituição de Reserva legal		-	-	237	-	-	(237)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	7.826	(6.402)	(1.424)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.083)	(3.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6	32.053	501	2.378	20.924	-	-	55.856
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.941	8.941
Redução de capital		(11.314)	-	-	-	-	-	(11.314)
Constituição de reserva legal		-	-	447	-	-	(447)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	4.149	-	(4.149)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	(1.424)	-	(4.345)	(5.769)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(5.735)	5.735	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6	20.739	501	2.825	17.914	5.735	-	47.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Centrais Eólicas Borgo S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais:			
Lucro Líquido do exercício		8.941	4.744
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8	4.683	4.676
Atualização monetária sobre ressarcimento	9	58	112
Atualização da provisão para desmobilização	9	45	21
Atualização monetária	9	-	(20)
Juros sobre arrendamento	9	132	126
Tributos e contribuições sociais diferidos	10	63	(57)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	9	(781)	(1.554)
		13.141	8.048
Varição de ativos e passivos operacionais			
		(1.345)	2.501
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		1.403	1.127
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		12.546	(3.432)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.042)	(911)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(132)	(126)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		24.571	7.207
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	4	(3.240)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.240)	-
Atividades de financiamentos:			
Dividendos pagos	6	(5.769)	(3.083)
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(28)	(13)
Partes relacionadas - ações		(4.119)	(4.136)
Redução de capital	6	(11.314)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(21.230)	(7.232)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		101	(25)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		292	317
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		393	292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Borgo S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua 7 de Setembro, 77 na cidade de Pindai, estado da Bahia, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “Borgo”.

A Companhia é controlada diretamente pela AES Tietê Eólica S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova (“LEN”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador Eólico	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	11,2

- (i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

Comercialização de energia

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
12º LEN/2011	Distribuidoras	84.972	195,42	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 13 de junho de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$1.902, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos e curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	2023	2022
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	143	292
Operações compromissadas	250	-
Subtotal	393	292
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
CDB-DI	522	13.556
Subtotal	522	13.556
Total	915	13.848

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 103,18% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,44% em 31 de dezembro de 2022).

4 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos		348	-	348
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	3.880	(1.254)	2.626
Máquinas e equipamentos (i)	4,48%	98.900	(35.820)	63.080
Imobilizado em serviço		103.128	(37.074)	66.054
Imobilizado em curso (ii)		3.240	-	3.240
Bens vinculados às concessão e autorizações		106.368	(37.074)	69.294
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,45%	1.298	(222)	1.076
Total Imobilizado		107.666	(37.296)	70.370

- (i) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$1.011 (R\$825 em 31 de dezembro de 2022). O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.
- (ii) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (iii) A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, o que for menor. A Companhia reconhece ativo de direito de uso de terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 29 anos, depreciados à taxa de 3,45% a.a.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Terrenos	348	-	-	348
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.880	-	-	3.880
Máquinas e equipamentos	98.759	-	141	98.900
Imobilizado em serviço	102.987	-	141	103.128
Imobilizado em curso	-	3.240	-	3.240
Bens vinculados às concessão e autorizações	102.987	3.240	141	106.368
Direito de uso de terreno arrendado	1.336	-	(38)	1.298
Subtotal	104.323	3.240	103	107.666
Depreciação / Amortização arrendamento	(32.624)	(4.672)	-	(37.296)
Total Imobilizado	71.699	(1.432)	103	70.370

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Provisão Desmantelamento	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Terrenos	348	-	-	-	348
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.880	-	-	-	3.880
Máquinas e equipamentos	99.223	-	-	(464)	98.759
Imobilizado em serviço	103.451	-	-	(464)	102.987
Bens vinculados às concessão e autorizações	103.451	-	-	(464)	102.987
Direito de uso de terreno arrendado	1.217	-	119	-	1.336
Subtotal	104.668	-	119	(464)	104.323
Depreciação / Amortização arrendamento	(27.958)	(4.617)	-	(49)	(32.624)
Total Imobilizado	76.710	(4.617)	119	(513)	71.699

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor

recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

5 PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
Ativo		
Ativo Circulante		
Outros ativos		
Complexo ASII - Centralização estoque (i)	789	26
Subtotal	789	26
Total do ativo	789	26
Passivo		
Passivo Circulante		
Dividendos a pagar		
AES Tietê Eólica S.A. - Dividendos a pagar	5.800	65
Subtotal circulante	5.800	65
Passivo Não Circulante		
AES Tietê Eólica S.A. - ações resgatáveis (ii)	21.299	25.418
Subtotal não circulante	21.299	25.418
Total do passivo	27.099	25.483
Resultado (Receita líquida)		
Outras Receitas - AES Brasil Operações (iii)	1.878	-
AES Brasil Operações - Cessão de energia (iv)	-	3.432
Total da receita	1.878	3.432
Resultado (Custo de produção e operações de energia)		
Compra de Energia - AES Brasil Operações (iv)	-	(3.460)
Outros custos - AES Brasil Operações	(131)	-
Total do custo	(131)	(3.460)
Total do resultado	1.747	(28)

- (i) Com o objetivo de otimizar a eficiência operacional, a Companhia, com a interveniência de suas parceiras do complexo ASII, centralizam a gestão de estoques e o contrato prevê o repasse de peças e reserva financeira para manutenção de um saldo mínimo de estoques e possíveis aquisições de peças para reposição.
- (ii) De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014, os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora AES Tietê Eólica para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a pagar a Controladora no passivo não circulante como partes relacionadas - ações resgatáveis. Não há um prazo previsto em contrato para os resgates das ações. Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.
- (iii) Refere-se a indenização por não atendimento da garantia de disponibilidade operacional dos ativos operacionais do Complexo eólico Alto Sertão II, conforme previsto em acordo de investimento entre a controladora indireta AES Operações e Itaú Unibanco.

- (iv) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da AES Brasil Operações S.A com algumas de suas controladas indiretas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração contábil.

6 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro acionário da Centrais Eólicas Borgo S.A. é composto como segue:

	2023	2022
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
AES Tietê Eólica S.A.	109.632.412	109.632.412
Total das ações ordinárias	109.632.412	109.632.412

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 20.739 (R\$32.053 em 31 de dezembro de 2022), composto pelas 109.632.412 (109.632.412 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 29 de novembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para aprovar a proposta de redução de capital da Companhia, por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 11.314, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174

6.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2023 constituiu uma reserva de R\$ 447 (R\$237 em 31 de dezembro de 2022).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$4.149 (R\$7.826 em 31 de dezembro de 2022).

6.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 11.504. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

7 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Nova (LEN)

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	2023	2022
Contratos de energia eólicos	15.834	16.241
Ressarcimento de energia	1.429	(1.737)
Partes relacionadas (nota 5)	1.878	3.432
Mercado de curto prazo	666	505
Receita operacional bruta	19.807	18.441
(-) PIS e COFINS	(726)	(637)
(-) ICMS	(481)	(544)
Receita operacional líquida	18.600	17.260

8 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos com partes relacionadas (nota 5)	(131)	(3.460)
Mercado de curto prazo	(10)	(1)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.537)	(1.375)
Taxa de fiscalização ANEEL	(88)	(113)
Subtotal	(1.766)	(4.949)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(2.043)	(2.207)
Material	(289)	(786)
Depreciação e amortização	(4.683)	(4.676)
Outros custos operacionais	(336)	(271)
Subtotal	(7.351)	(7.940)
Total	(9.117)	(12.889)

9 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	781	1.554
Renda de cauções e depósitos judiciais	-	20
Outras receitas financeiras	6	5
Subtotal	787	1.579
Despesas financeiras		
Atualização provisão desmobilização	(45)	(21)
Atualização ressarcimento	(58)	(112)
Juros sobre arrendamento	(132)	(126)
Tarifas e encargos bancários	(24)	(44)
Outras despesas financeiras	(1)	-
Subtotal	(260)	(303)
Total Líquido	527	1.276

10 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	17.804	19.291	17.804	19.291
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	1.424	1.543	2.136	2.315
Outras receitas	1.405	1.136	1.405	1.136
Base de cálculo	2.829	2.679	3.541	3.451
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(424)	(402)	(319)	(311)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(259)	(244)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(683)	(646)	(319)	(311)
IRPJ e CSLL diferido	(41)	37	(22)	20
IRPJ e CSLL no resultado	(724)	(609)	(341)	(291)
Alíquota efetiva	25,6%	22,7%	9,6%	8,4%

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

11.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	143	143	292	292	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	250	250	-	-	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	522	522	13.556	13.556	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		2.422	2.422	2.236	2.236	Custo amortizado
Total		3.337	3.337	16.084	16.084	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		376	376	246	246	Custo amortizado
Conta de ressarcimento		2.932	2.932	4.303	4.303	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		1.232	1.232	1.296	1.296	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	5	5.800	5.800	65	65	Custo amortizado
Total		10.340	10.340	5.910	5.910	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

11.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	393	292
Investimentos de curto prazo	522	13.556
Contas a receber de clientes	2.422	2.236
Total	3.337	16.084

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	376	-	-	-	-	376	246
Passivo de arrendamento	3	9	14	52	1.196	1.274	1.296
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	5.800	-	-	-	5.800	65
Total	379	5.809	14	52	1.196	7.450	1.607

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	250	-
Investimentos de curto prazo	522	13.556
Conta de ressarcimento	(2.932)	(4.303)
Total	(2.160)	9.253

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Operações compromissadas	CDI	250	13	19	26	32	38
Investimentos de curto prazo	CDI	522	27	40	53	67	80
Impacto no resultado			40	59	79	99	118
Total da exposição líquida			40	59	79	99	118

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(2.932)	(57)	(85)	(114)	(142)	(171)
Impacto no resultado			(57)	(85)	(114)	(142)	(171)
Total da exposição líquida			(57)	(85)	(114)	(142)	(171)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

12 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

A conclusão da Operação está sujeita à obtenção das autorizações aplicáveis, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, bem como à ratificação da celebração do Acordo pelo conselho de administração da AES Brasil.

Em 23 de maio de 2024 a Companhia aprovou, por unanimidade, a elaboração da proposta de administração contemplando a reversão do excesso da reserva de lucros em dividendos, no montante de R\$ 5.735.